

Bolsonaro pede julgamento no plenário

Defesa do ex-presidente questiona também atos de Moraes

Por Karoline Cavalcante

Á defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro quer que seu julgamento ocorra no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), e não somente na Primeira Turma. Esse é o ponto principal da resposta feita pelos advogados à denúncia contra Bolsonaro feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em princípio, o julgamento ocorre na Primeira Turma, onde todos os ministros tendem a votar para aceitar a denúncia e contrariar o ex-presidente. No plenário, há chance de um resultado que não seja unânime, com os votos dos dois ministros que Bolsonaro nomeou: André Mendonça e Cássio Nunes Marques.

O prazo final para que os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados apresentem a defesa prévia referente à denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a investigação de uma alegada tentativa de golpe de Estado se encerrou na quarta-feira (6). Na resposta, a defesa disse não haver dados concretos “que permitam conectar, de forma objetiva, Bolsonaro à narrativa criada na denúncia, a todos os seus personagens e atos”.

Mensagens

Os advogados de Bolsonaro afirmam que os trechos citados na denúncia contêm apenas mensagens trocadas entre o delator, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e tenente-coronel Mauro Cid, com o general da reserva, Mário Fernandes.

“Ao longo das 20 páginas dedicadas ao dia 8 de janeiro, a denúncia não cita um único indício, mensagem ou conversa que aponte ter Jair Bolsonaro determinado, ordenado ou solicitado qualquer ação, ou que mostre que ele tivesse mera



Bruno Peres/Agência Brasil

Defesa de Bolsonaro quer Moraes fora do julgamento

ciência dos fatos que estavam por ocorrer”, diz o trecho.

A apresentação da defesa prévia é uma etapa processual de forma escrita, que serve como uma resposta à acusação. Agora, ficará sob a responsabilidade dos integrantes da Primeira Turma da Suprema Corte decidirem se recebem ou não a denúncia e se aceitam ou não as alegações da defesa. Os ministros que a compõem são, além de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Caso a maioria defina que não, o caso é arquivado. Porém, se aceitarem, os investigados se tornam réus.

Plenário

No entanto, os advogados do ex-presidente pedem que, ao invés disso, o caso seja analisado pelo plenário. E, mais uma vez, pedem que Moraes seja retirado do julgamento do recurso, já que o suposto planejamento de assassinato o incluía, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Ou seja, Moraes teria se tornado, na alegação da defesa, parte do processo.

Caso a denúncia seja aceita, o documento de 130 páginas também indica 13 testemunhas de defesa para participar de oitivas. Entre os nomes, estão inclusos os senadores Rogério Marinho (PL-RN), Ciro Nogueira (PP-PI), Hamilton Mourão (PL) — que foi o vice de Bolsonaro na Presidência; o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); entre outros.

Embora os advogados tenham solicitado uma prorrogação do tempo, a solicitação foi recusada pelo próprio Moraes. A defesa tentou justificar o pedido pedindo que o prazo fosse estendido para 83 dias, que foi o tempo utilizado pela PGR para analisar o relatório da Polícia Federal e preparar a denúncia. Além disso, alegaram que não tiveram acesso integral aos documentos.

Por fim, solicitou para manifestar-se apenas após a apresentação da defesa de Cid “tornando efetivo o exercício do contraditório e da ampla defesa”. O magistrado, no entanto, negou todos os pedidos. Na decisão, afirmou que os advogados constituídos na defesa do ex-presidente sempre

tiveram total acesso aos autos do processo, antes mesmo do levantamento do sigilo da investigação, “inclusive retirando cópias e com ciência dos despachos proferidos”.

No total, Bolsonaro é acusado com outras 33 pessoas por envolvimento em uma conspiração para desestabilizar o regime democrático após as eleições de 2022 e se manter no poder. Os envolvidos receberam a denúncia em momentos diferentes, ou seja, o prazo para resposta acontece em dias diferentes. Também na quinta, Moraes negou mais uma vez o pedido por adiamento da extensão do tempo do ex-ministro da defesa e general Walter Braga Netto. O magistrado reiterou que o encerramento será às 23:59 desta sexta-feira (7).

Se condenados, responderão por liderar organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e, por fim, deterioração de patrimônio tombado.

Caiado aposta em dobradinha com Gustavo Lima para 2026

Por Karoline Cavalcante



Valter Camargo/Agência Brasil

Caiado aposta em parceria sertaneja para 2026

próximo disso. Se isso acontecer, a candidatura ganha tração e passa a ser levada mais a sério como uma alternativa dentro da direita. A caravana nacional anunciada por Caiado será fundamental para testar essa viabilidade. No momento, trata-se de um ensaio promissor, mas ainda sem garantias de consolidação”, explicou Tavares.

Para o analista político da BMJ Relações Governamentais

Érico Oyama, o movimento de Caiado é interessante para ampliar a sua projeção nacional.

“Ele é um gestor bem avaliado, já mostrou competência administrativa e tem grande influência em Goiás. Mas o estado, por si só, não tem peso eleitoral suficiente para impulsionar uma candidatura presidencial. Ao se associar a Gustavo Lima, uma figura amplamente conhecida no

país, ele busca compensar essa limitação com um nome de apelo popular e grande alcance midiático”, afirmou Oyama.

Apoio

Em nota, a Balada Eventos, empresa que gerencia a carreira do cantor, afirmou que a participação na cerimônia será de forma “estritamente” em apoio ao atual governador, de quem é amigo pessoal, “não existindo definições sobre” a possível filiação partidária. “Reforçamos que Gustavo Lima não tem partido, mas apoia o Governador do Estado de Goiás. Qualquer decisão por parte do cantor somente será tomada em 2026”, disse a assessoria.

No início de fevereiro, o sertanejo se colocou à disposição para concorrer ao páreo em 2026. “Conheço muita gente e, embora eu nunca tenha ocupado nenhum posto político, eu sou um empreendedor. Montei muitas empresas e sei como fazer para a roda girar”, iniciou”. Eu acho que posso ajudar, talvez mude de ideia até 2026, mas hoje a minha disposição está muito inclinada para me tornar um candidato à Presidência da República em 2026”, declarou Gustavo Lima em entrevista ao portal Metrôpoles.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Câmara quer avaliar o poder de Gleisi no governo

A tinta da caneta da ministra Gleisi Hoffmann

Ainda resabiado e surpreso com a nomeação de Gleisi Hoffmann para o comando do Ministério das Relações Institucionais, o Centrão quer agora saber a quantidade de tinta que haverá na caneta da ministra.

A pergunta é simples: ela vai ter autonomia e autoridade para garantir o cumprimento de acordos com o Congresso?

Seu antecessor, Ale-

xandre Padilha — deslocado para o Ministério da Saúde —, ganhou fama de ser bom de conversa, mas péssimo no cumprimento de acordos, daí as críticas que recebia do então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Havia então um consenso de que as iniciativas de Padilha acabavam barradas pelo Planalto, em especial, pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Briguenta

O jeito briguento de Gleisi, sua vinculação a um petismo menos conciliador e a desconfiança de que ganhou o ministério para resolver a própria sucessão na presidência do PT aumentam a desconfiança em relação à sua gestão. Na dúvida, o Centrão quer esperar pra ver.

Conciliador

Um deputado do grupo destaca que, em seu segundo mandato, Lula fez uma opção mais política para o cargo: chamou o deputado José Múcio, então no PTB de Roberto Jefferson. De trajetória conservadora, o hoje ministro da Defesa era líder do governo na Câmara.

Ricardo Stuckert/PR



Defensores de impeachment de Lula exaltam vice

Opção Alckmin começa a ser falada no Congresso

O parlamentar ressaltou que Lula não está em condições de arrumar mais confusão na política — e ressaltou que Gleisi foi chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma Rousseff, que acabou vítima de impeachment depois de reeleita.

O mesmo deputado que citou o impeachment de Dilma ressaltou que o

vice-presidente Geraldo Alckmin seria um presidente muito mais palatável do que Lula.

Admite que Alckmin é ministro, tem boas relações políticas e pessoais com o titular do Planalto: nada indica que ele seria capaz de imitar Michel Temer e partir para articular a queda de Lula. “Mas...”, complementa.

Visita

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ) quer que Jair Bolsonaro procure o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), assim que este se recupere de uma cirurgia cardíaca. O motivo vai além da cortesia — tem a ver com a política.

Peso das penas

Um deputado do Republicanos diz que seu partido votaria pela anistia — afirma que as penas pesadas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal têm papel decisivo nessa decisão. Para ele, o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), deverá colocar o assunto em pauta.

Dono dos votos

Para Sóstenes, o Republicanos, com seus 43 deputados, terá papel fundamental numa eventual votação da anistia aos condenados e investigados pela tentativa de golpe de Estado. Segundo ele, serão necessários 257 votos, número que corresponde à maioria absoluta.

Peso das ruas

Mas — olha o “mas” de novo aí — resalta que a situação do governo terá papel importante nessa votação: políticos evitam brigar com governos que tenham boa aprovação popular. Ou seja, se Lula e o PT estiverem por baixo, a chance da anistia passar fica maior